



MINUTA DA ATA N.º 30/XIII-2º/2021-25

1 - Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas 20H30, no Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro – CIRL, sito na rua Doutor Pires de Castro, nº 12, na Freguesia de Laranjeiro, realizou-se a Sessão Ordinária referente ao mês de fevereiro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 - Período de Antes da Ordem do Dia;

2.1 – Deliberações da Assembleia Municipal Jovem de Almada 2022 – apresentação pela Porta-Voz da AMJA.

3 - Período da Ordem do Dia:

3.1 - Eleição do/a Presidente e Secretário/a da Comissão Eventual sobre o desmantelamento e realojamento do Bairro do 2º Torrão;

3.2 – Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 89º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concurso Público de concessão de exploração de Posto de Abastecimento de Combustíveis, sito na avenida 23 de Julho, Laranjeiro”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação para o atual mandato autárquico, na sequência de procedimento por consulta prévia com o n.º CP00204s2023, da Sociedade “DIZ & ASSOCIADOS, SROC, LDA” NIF 503103012 para Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados (cf. previsto no artigo 77.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da minuta de contrato de compra e venda de aquisição de parque de estacionamento (com 111 frações) e 4 frações comerciais sitas na Rua Comandante António Feio, 26 e 26ª, em Cacilhas”;

3.6 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS), Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), António Francisco Salgueiro (PSD), Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD), Inês Pizarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS), Luísa Maria Freire Galvão (PS); António Paulo Júnior (CDU), Fernanda Balbina de Oliveira Duarte Leitão (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU), António José Olaio da Silva (CDU), , Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU), Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro (CDU), e Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU), Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU), Augusto Máximo Flor (CDU) e Mário Bruno da Silva Ferreira Pinheiro Magalhães (CDU); Luis Pedro Amado Pinto Durão (PSD), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD) e Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE) por impedimento de Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).



4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Raquel Pacheco (PS), A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Bruno Sandro dos Santos (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas:

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência dos/as Senhores/as Vereadores/as Francisca Parreira, Filipe Pacheco, José Luis Riço Bucho de Matos.

4.3 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Informação Conservação de Matas”, enviado para a Câmara Municipal em 17/06/2022, foi respondido em 22/02/2023;

4.3.2 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre a construção do Centro de Bem-Estar Animal”, enviado para a Câmara Municipal em 24/08/2022, foi respondido em 22/02/2023;

4.3.3 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre o Edital nº 70/2022 – Divisão de Fiscalização, Contraordenações e Execuções Fiscais”, enviado para a Câmara Municipal em 30/09/2022, ainda não foi respondido;

4.3.4 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos acerca do lançamento de fogos de artifício na passagem de ano de 2022 para 2023”, enviado para a Câmara Municipal em 12/01/2023, foi respondido em 22/02/2023;

4.3.5 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Reservas de água e medidas da autarquia para minimizar os impactos da seca no Concelho de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 10/08/2022, foi respondido em 20/12/2022;

4.3.6 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) “Devolução do IRS”, enviado para a Câmara Municipal em 13/01/2023, ainda não foi respondido.

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/as Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas nº 22/XIII-2º, 23/XIII-2º, 24/XIII-2º, 25/XIII-2º, 26/XIII-2º e 27/XIII-2º/2021-25 e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

4.6 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal para solicitar a retirada do ponto 3.3 relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concurso Público de concessão de exploração de Posto de Abastecimento de Combustíveis, sito na avenida 23 de Julho, Laranjeiro”;

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Hugo Ponte, Francisco Pint, Luis Gustavo Torre, João Cão Duarte, Caramó Cassamá, Adriano Kunzingami e Sebastião Tomás.

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Vereador Nuno Matias, José Pedro Ribeiro, a Senhora Presidente da Câmara Municipal e ainda o Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (PS);

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.



6.2 – Entrou-se no ponto 2.1 para apresentação de Deliberações da Assembleia Municipal Jovem de Almada 2022, pela Porta-Voz da AMJA Inês Bernardo;

6.2.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ivan Costa Gonçalves (PS), Margarida Ramires Paulos (PAN), Karim Hassam Quintino (BE) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.3 - Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.3.1- Pelo Falecimento de Vítor Manuel Figueiredo de Sousa apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU), (anexo 1).

6.3.2 – Pelo Falecimento do Compositor e Músico Jorge Loução apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Henrique Alexandre Margarido (PS), (anexo 2).

6.4 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.4.1 – O voto de pesar pelo Falecimento de Vítor Manuel Figueiredo de Sousa foi aprovado por unanimidade.

6.4.2 – O voto de pesar por falecimento do Compositor e Músico Jorge Loução foi aprovado por unanimidade.

6.5 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.6 – Para apresentar uma Declaração Política usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS).

6.7 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.7.1 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Maria Marras (BE), para apresentar uma Recomendação sobre “Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores” (Anexo 3);

6.7.2 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação sobre “Criação de Jardins Comestíveis em Almada”, (Anexo 4);

6.7.3 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU), para apresentar uma Moção/Deliberação “8 de Março, Dia Internacional da Mulher, um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida” (Anexo 5);

6.7.4 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Criação do Centro de Congressos e Multiusos de Almada”, (Anexo 6);

6.7.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Criação do Conselho Municipal de Turismo dos Concelho de Almada”, (Anexo 7);

6.7.6 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Recomendação “Implementação do Cheque Bebê para apoiar a Natalidade e a Maternidade”, (Anexo 8);

6.8 - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Beatriz Leal Ferreira (PSD), Karim Hassam Quintino (BE), Margarida Ramires Paulos (PAN) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.9 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.9.1 – A Recomendação “Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores” foi aprovada por maioria com 21 votos a favor, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP e 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integra.



6.9.2 – Recomendação sobre “Criação de Jardins Comestíveis em Almada” foi aprovada por maioria com 27 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 11 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.

6.9.3 – A Moção/Deliberação “8 de Março, Dia Internacional da Mulher, um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida” foi aprovada por unanimidade.

6.9.4 – A Moção “Criação do Centro de Congressos e Multiusos de Almada” foi aprovada por maioria com 21 votos a favor, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 17 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.9.5 – “Criação do Conselho Municipal de Turismo dos Concelho de Almada”, foi aprovada por maioria com 7 votos a favor, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 31 abstenções, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.9.6 – A Recomendação “Implementação do Cheque Bebé para apoiar a Natalidade e a Maternidade”, foi rejeitada por maioria com 28 votos contra, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra; 4 abstenções, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 6 votos a favor, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo à Eleição do/a Presidente e Secretário/a da Comissão Eventual sobre o desmantelamento e realojamento do Bairro do 2º Torrão:

Para Presidente da Comissão foram apresentadas 2 listas, sendo a Lista A o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco e a Lista B o Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro.

Para Secretário da Comissão uma Lista A o Senhor Deputado Municipal José António Rocha.

7.1.1 – Para apresentar as candidaturas usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

7.1.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou à votação das candidaturas por voto secreto, tendo-se verificado os seguintes resultados:

Para Presidente da Comissão obteve-se o seguinte resultado: Lista A 16 votos, Lista B 20 votos e 2 votos em branco.

Para Secretário da Comissão Lista A 35 votos e 3 votos em branco.

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda, para apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 89º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada;

7.2.1 – Para apresentar o Relatório da 1ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE);

7.2.2 – Para apresentar o Relatório da 2ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Luís Couvaneiro (PS);



7.2.3 – Para apresentar o Relatório da 3ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS);

7.2.4 – Para apresentar o Relatório da 4ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Henrique Alexandre Margarido (PS);

7.2.5 – Para apresentar o Relatório da 5ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Luisa Rodrigues (CDU);

7.2.6 – Para apresentar o Relatório da 6ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU);

7.2.7 – Para apresentar o Relatório da 7ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS);

7.3 – Usou ainda da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco.

7.4 – Entrou-se no ponto 3.4 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação para o atual mandato autárquico, na sequência de procedimento por consulta prévia com o n.º CP00204s2023, da Sociedade “DIZ & ASSOCIADOS, SROC, LDA” NIF 503103012 para Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados (cf. previsto no artigo 77.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)”;

7.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.4.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade.

7.5 – Entrou-se no ponto 3.5 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da minuta de contrato de compra e venda de aquisição de parque de estacionamento (com 111 frações) e 4 frações comerciais sitas na Rua Comandante António Feio, 26 e 26ª, em Cacilhas”;

7.5.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.5.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade.

7.6 – Entrou-se no ponto 3.6 da agenda, relativo à apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

7.6.1 – Para apresentar a Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal Acerca da Atividade Municipal, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.6.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), Beatriz Leal Ferreira (PSD), João Eduardo Geraldês (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Daniel Alexandre Silva (PS), Margarida Ramires Paulos (PAN), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a agenda da Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Débora Figueiredo Rodrigues, Gabriel Machado da Rosa, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, António Matos, Helena Azinheira, Mara Rita Silva Martins e Joana Rodrigues Mortágua.

10 – Foi verificada a presença de cerca de vinte e oito munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Minuta de Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE *J. J. C.*

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____



11

VOTO DE PESAR (pelo falecimento de Vítor Manuel Figueiredo de Sousa)

Vítor Manuel Figueiredo de Sousa, cidadão natural da freguesia da Santo Estevão, concelho de Alenquer, morador no concelho de Almada, há mais de quarenta anos, técnico eletricitista, emérito desportista e dedicado dirigente associativo, faleceu no passado dia 16 de fevereiro de 2023.

Vítor de Sousa foi um notável atleta de rugby, tendo feito a sua carreira no Sport Lisboa e Benfica durante 15 épocas e representado o país na seleção nacional da sua modalidade desportiva.

A sua paixão pelo desporto e associativismo levá-lo-ia, no nosso concelho e nos anos 90, à direção do Grupo Desportivo dos Pescadores da Costa da Caparica (GDPCC), onde foi diretor e Presidente da Direção e grande impulsionador de importantes obras de melhoramentos do parque de jogos do clube.

Foi como Diretor do GDPCC que lançou a prática do rugby no então recentemente inaugurado Complexo de Atletismo da Sobreda, em cujo relvado foi fixado o campo de rugby, num processo de participação e parceria com o Município, em que teve responsabilidade e participação ativa. Vítor de Sousa está profundamente ligado à criação de uma nova centralidade regional da prática do rugby, alcançada por mais de duas décadas de trabalho de formação desportiva – primeiro com o GDPCC, depois com o Clube Recreativo Sobredense (onde teve papel de destaque num processo de revigoramento associativo que retirou o clube de uma letargia onde vivia e o recolocou no seio do mais dinâmico associativismo concelhio) e mais recentemente com Os Mustangs, que celebraram há pouco tempo um ano de vida, com o Vítor de Sousa dirigindo, incentivando, formando, no seu jeito singular, firme, próximo, amigo.

Os testemunhos profusamente divulgados nestes dias de luto, melhor dizem da dimensão desportiva e da grandeza humana de Vítor de Sousa:

A sua paixão pelo rugby.

Grande amigo do seu amigo.

Referência para gerações de desportistas.

A energia e alegria que emprestava às suas atuações.

Homem bom e profissional competente.

“Grande senhor”.

De companheiros de equipa, colegas e adversários, há palavras que são homenagens: Sport Lisboa e Benfica, Rugby: “Grande Pilar, internacional, com 15 épocas na equipa principal de rugby”.

Lifeshaker: “Hoje perdemos um Homem. Hoje ganhámos uma lenda. Sem ti, Vítor, nunca teríamos a coragem de ter criado a Lifeshaker”.

Clube Recreativo Sobredense: “Vítor, um Homem que se dedicou de alma e coração a esta casa, bem disposto, dedicado e empenhado, sempre pronto a ajudar. Nunca esquecendo a sua verdadeira paixão, o Rugby”.



1x

Os Mustangs: “Continuaremos unidos, continuarás a ser um de nós”.

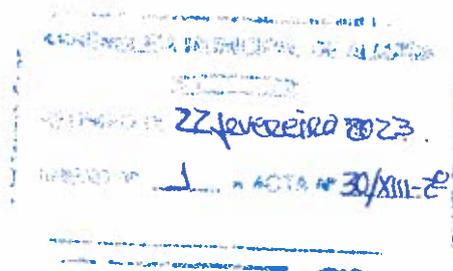
Rui Sousa, treinador: “Uma marca do Benfica, mas um papel fundamental na formação dos jovens da Margem Sul. ... os meninos que hoje são homens lembram-se de ti e os pais choram a tua viagem”.

João Tiago Esteves Figueiredo, jogador de rugby: “Obrigado por todas as noites na Sobreda a ensinar e a transmitir o espírito do desporto e do rugby”.

A Federação Portuguesa de Rugby decretou que se cumprisse um minuto de silêncio em memória de Vítor de Sousa em todos os jogos deste fim de semana, incluindo o jogo de Seleções “Portugal-Roméia”, sinal da dimensão nacional do desportista que hoje evocamos.

Assim, neste momento doloroso, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada faça uma simbólica homenagem, expresse uma palavra de gratidão pelo exemplo de dádiva e aprove um voto de pesar pelo falecimento de Vítor Manuel Figueiredo de Sousa, endereçando à sua família, aos clubes que integrou como atleta e dirigente – Sport Lisboa e Benfica, GD Pescadores da Costa da Caparica, Clube Recreativo Sobredense e Os Mustangs – as mais sentidas condolências, na certeza que o seu exemplo de cidadão, de desportista, técnico e dirigente, perdurará na memória de todos.

Laranjeiro, 22 de fevereiro de 2023
O Grupo Municipal da CDU





Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

16

Voto de pesar pelo compositor e músico Jorge Loução

Faleceu no dia 26 de janeiro, em Setúbal, vítima de enfarte do miocárdio, o compositor e músico Jorge Loução, nascido em Moçambique, a 28 de janeiro de 1956.

Iniciou a sua carreira em 1972 e fixou-se em Almada em 1974 onde fundou, em 1980, com o saxofonista Mário Gramaço, a banda “Roquivários”, cuja formação inicial incluía ainda Juca (guitarra), Midus Guerreiro (baixo e voz) e Fernando Rabanal (bateria).

Compositor de êxitos como “Cristina (beleza é fundamental)”, o primeiro álbum da banda com o título “Pronto a Curtir” incluiu o sucesso “Ela Controla” que afirmou a banda na vaga do então denominado “Rock Português”. A banda acabou em 1984. Depois dos “Roquivários”, formou os “Graffiti”, que lançaram um álbum para a CBS. A solo Jorge Loução editou o trabalho “Encontro”.

Foi professor de Educação Musical e músico profissional. Foi também proprietário do bar “Woodstock”, em Almada, que marcou gerações, onde tocava e assumia que nunca deixaria de “fazer rock à sombra do Cristo Rei”.

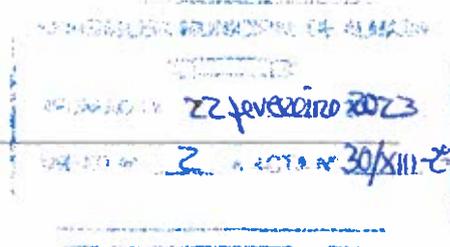
O “Sandokan Africano” como lhe chamavam as jovens fãs da época, acompanhou também ao piano as primeiras classes de ginástica rítmica do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro.

Jorge Loução será sempre lembrado pela sua generosidade e pelos êxitos, atuações e boas lembranças que nos deixou.

Nesta hora triste, a Assembleia Municipal de Almada, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Jorge Loução, endereçando à sua família e a amigos as mais sinceras condolências.

Almada, 22 de fevereiro de 2023

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista



Moção

Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores

A Escola Pública é um dos pilares da democracia. É ela que concretiza o direito constitucional à Educação e fortalece a cidadania. A ampliação da Escola Pública a todo o território e o alargamento da escolaridade obrigatória foram tarefas cumpridas por gerações de profissionais da educação que, às portas dos 50 anos do 25 de Abril, veem degradar-se as suas condições de trabalho.

Os sinais dessa degradação são conhecidos. Todos os anos há milhares de alunos sem professor a pelo menos uma disciplina. A desvalorização da carreira docente, a persistência da precariedade e de regras de concursos que provocam instabilidade e permitem injustiças têm feito milhares de docentes abandonar a profissão e poucos são os jovens que se sentem atraídos pela docência.

Ao longo dos anos, o Governo tem-se recusado a tomar medidas justas de valorização da carreira docente, como a recuperação de todo o tempo de serviço dos professores e a necessária negociação com os representantes dos docentes para a criação de um novo regime de recrutamento e mobilidade. O Governo foi impondo regras avulsas que criaram ainda mais entropia num sistema que já é uma manta de retalhos.

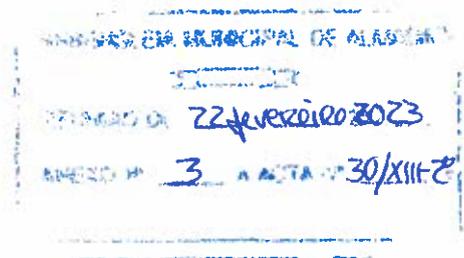
De forma também avulsa e sem ouvir as comunidades educativas, o Governo tem empurrado para as autarquias competências em matéria de Educação. Recentemente a Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2022, 14 de dezembro de 2022 apareceu como mais uma peça desta reforma da Educação feita de costas para os trabalhadores e para a população. O Governo criou o espectro de uma maior centralização de decisões nos municípios, em comunidades intermunicipais e em supostos conselhos de diretores. A resposta dos docentes tem sido forte, em múltiplos protestos em defesa da sua profissão e da Escola Pública.

Os processos de municipalização e de regionalização da educação são propícios à atomização dos sistemas educativos, criando assimetrias territoriais. A crítica destes processos não é medo da mudança, é defesa do direito à Educação em todo o país. Um processo de descentralização feito no interesse da Escola Pública, não seria uma municipalização, começaria pelas Escolas, pelo reforço da Gestão Democrática das Escolas. São as Escolas que podem assumir competências adequadas à escala de cada comunidade educativa, são elas quem se pode responsabilizar pelo seu projeto educativo e pela implementação local das políticas educativas.

1k
O reforço da Escola Pública exige a defesa da Gestão Democrática das Escolas, o combate à precariedade e a valorização da carreira docente. É urgente vincular os docentes precários, recuperar o tempo de serviço dos docentes, eliminar ultrapassagens, garantir horários adequados, criar um sistema de avaliação e progressão sem injustiças, instituir um mecanismo de aposentação que responda às especificidades da profissão e que garanta o rejuvenescimento do corpo docente. Respeitar os direitos dos professores é fortalecer a Escola Pública, é fortalecer a democracia.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 22 de Fevereiro de 2023, delibera,

1. Recomendar ao Governo que proceda à recuperação de todo o tempo de serviço dos docentes, garantindo a todos os docentes o seu posicionamento no escalão remuneratório correspondente ao tempo efetivamente prestado, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Estatuto da Carreira Docente.
2. Recomendar ao Governo que reveja, mediante negociação sindical, o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho.
3. Recomendar ao Governo que crie, mediante negociação sindical, um regime específico de aposentação dos docentes de forma a garantir o término de atividade num tempo justo e a assegurar o rejuvenescimento do corpo docente.



72

RECOMENDAÇÃO

Criação de Jardins Comestíveis em Almada

Nos últimos anos têm sido desenvolvidas várias iniciativas que promovem a agricultura, tanto no espaço rural, como no tecido urbanizado. Iniciativas essas como a Rede de Parques Agrícolas, que visa a promoção da agricultura como uma atividade económica, numa perspetiva de sustentabilidade agroecológica; a Rede de Hortas do Concelho de Almada, que pretende estimular o aproveitamento agrícola de espaços livres no concelho, promovendo assim a produção de alimentos de proximidade, contribuindo para a amenização climática das áreas urbanas e criando corredores e áreas de ligação na Estrutura Ecológica Municipal. Mas, a atual emergência climática e crise económica, aliadas à necessidade de promoção de hábitos alimentares mais saudáveis, devem impelir-nos a ir mais longe no acesso a espaços verdes e de cultivo.

Os jardins são locais onde as plantas geralmente servem para embelezar o espaço à volta de habitações. No entanto, eles podem ser ainda mais úteis. Podemos juntar a função paisagística com as necessidades diárias das pessoas. As flores são bonitas, mas e se depois da flor vier o fruto ou o vegetal, não é ainda melhor? A proposta de criação de jardins comestíveis em Almada, alia a estética de um jardim com os benefícios de uma horta orgânica, no coração da cidade. Pequenos canteiros, terrenos públicos sem uso, bermas da estrada com ervas, parques, transformados em espaços onde são cultivadas plantas, árvores de fruto e vegetais, que podem depois ser colhidos por qualquer munícipe.

Este conceito já não é novo e pode ser encontrado em várias partes do mundo. Em 2008, York, uma cidade no nordeste de Inglaterra desenvolveu o projeto *Incredible Edible*, que



74

surgiu para que “as pessoas tivessem o direito de transformar bermas de estradas, campos pouco férteis em torno de hospitais, e espaços públicos vazios, em hortas e pomares”. Se realmente pensarmos bem, temos que dar às pessoas mais saúde, bem-estar e acesso a boa comida. É muito simples e não precisamos de investir milhões – basta apenas usar melhor os nossos terrenos pelos quais os contribuintes já estão a pagar”, disse Pam Warhurst, co-fundadora da *Incredible Edible*.

Em 2020, em Lisboa mais precisamente em Penha de França, vários vizinhos e amigos juntaram-se para criar um jardim comunitário e comestível. Neste jardim vertical podemos encontrar diferentes cheiros, sabores e cores, como Maracujá, Alecrim, Lavanda, Amora amarela, Groselha, Café... plantas que quando adultas, poderão ser colhidas e consumidas por quem ali vive. Surge assim, um espaço que qualquer pessoa pode colher o que lá nascer e deixar novas plantas na terra.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 22 e 23 de fevereiro delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada a criação de jardins comestíveis em Almada em locais centrais e de boa acessibilidade.

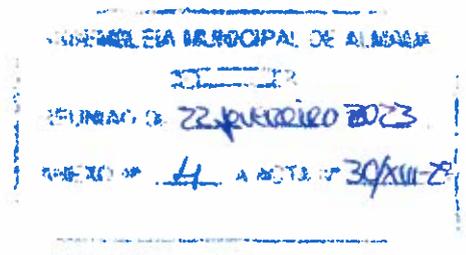
Almada, 22 de fevereiro de 2023

Pessoas - Animais - Natureza

Margarida Paulos

(Deputada Municipal do PAN)

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Almada,
Largo 5 de outubro, nº 34
2805-119 Cova da Piedade
E-mail amalmada@pan.com.pt
Site AMA www.assembleialmada.org





12

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO
(8 de Março, Dia Internacional da Mulher
Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida)

O Dia Internacional da Mulher, instituído em 1910 (por proposta de Clara Zetkin) é um símbolo da luta das mulheres, em diferentes países e no Mundo, contra a inferioridade que lhe foi imposta, na lei e na vida, e a exploração e opressão capitalista das trabalhadoras sujeitas a desumanas jornadas de trabalho, salários baixos e desproteção na gravidez e na maternidade.

Uma data que, em Portugal, está ligada à luta das mulheres, na sua oposição ao fascismo, à negação de direitos económicos, sociais, políticos e culturais. Uma data erguida na luta pela liberdade, democracia e pela paz.

Com a Revolução de Abril, e o que ela abriu de transformação das condições de vida com essa conquista que constituiu o poder local democrático, em si mesmo fator de progresso também sentido pelas mulheres no seu dia-a-dia, sucessivas gerações de mulheres tomaram nas suas mãos a luta pela consagração, na lei e na vida, dos seus direitos económicos, sociais, políticos e culturais e pela sua participação em igualdade em todos os domínios da sociedade.

Uma data que, desde então é comemorada pelo Movimento Democrático de Mulheres, pelas autarquias locais e por outras organizações e entidades.

Uma data com memória, mas principalmente futuro na luta das mulheres pela igualdade no trabalho e na vida, cuja concretização é não só condição de progresso para as comunidades onde vivem, estudam e trabalham, como para a justiça e progresso do País.

A Assembleia Municipal de Almada saúda as mulheres do Concelho, bem como as trabalhadoras da autarquia na passagem do Dia Internacional da Mulher apelando para que se associem a esta comemoração, dando força à sua determinação e vontade em viver e trabalhar em igualdade, no respeito pela sua dignidade e direitos plasmados na Constituição da República e num vasto conjunto de legislação que consagra a igualdade e a valorização do seu estatuto, enquanto trabalhadora, mãe e cidadã.

De igual modo se saúda as mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos, as que intervêm nas diferentes expressões do movimento associativo e popular e em diversas organizações que intervêm na área da igualdade.

Assim, o Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Almada, propõe que a Assembleia Municipal assuma o compromisso em defesa dos direitos das mulheres como preocupação constante na sua atividade e nesse sentido delibera:

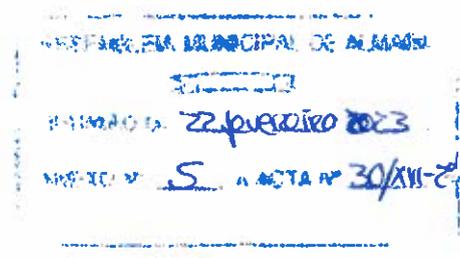
- a) Acompanhar a evolução da condição e estatuto das mulheres, enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães no concelho e pugnar por medidas que na esfera do poder central visem o cumprimento dos seus direitos e a concretização da igualdade no trabalho e na vida.



71

- b) Promover pelos meios que considere adequados a valorização e a participação das mulheres ao longo da história do Concelho dando particular atenção ao seu papel na resistência ao fascismo e ao longo dos 50 anos do 25 de Abril.
- c) Propor à Câmara Municipal a inclusão no Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação a inclusão de medidas que visem a necessária articulação entre entidades e organizações nacionais e locais com vista a exigir do poder central as medidas conducentes à garantia e reforço do acesso das mulheres aos serviços públicos, designadamente na saúde, segurança social, à educação e a uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio à infância, aos idosos e às pessoas com deficiência.
- d) Contribuir de forma ativa para dar eficácia aos instrumentos de intervenção e apoio às vítimas de violência doméstica que responsabilize o poder central na criação de uma Rede de Apoio, articulada entre os diversos serviços públicos, autarquias e organizações sociais que devem intervir com vista a reforçar a informação, encaminhamento, sinalização das vítimas de violência doméstica.
- e) Saudar as comemorações do Dia Internacional da Mulher e as organizações que no plano unitário as impulsionam, designadamente o Movimento Democrático de Mulheres, com longa tradição na comemoração desta data, cujo lema deste ano é «Mil razões para lutar: os direitos das mulheres têm de contar» realizando pelo sétimo ano consecutivo a Manifestação Nacional de Mulheres, a 4 de março, no Porto e a 11 de março em Lisboa

Laranjeiro, 22 de fevereiro de 2023
O Grupo Municipal da CDU





MOÇÃO

CRIAÇÃO DO CENTRO DE CONGRESSOS E MULTIUSOS DE ALMADA

Almada enquanto concelho situado nos limítrofes de Lisboa, a capital mais ocidental da Europa, deve-se constituir e assumir como um pólo atractivo de variados eventos e de realização de espectáculos, tirando partido e beneficiando não só da sua privilegiada localização geográfica, mas também das variadas opções culturais, naturais, paisagísticas e humanas, para captar atenção e investimento que possa dar um incremento significativo ao nível da sua economia e capacidade competitiva.

Essa proximidade com Lisboa, confere ao concelho de Almada oportunidades acrescidas na eventualidade da organização de variados eventos tais como actividades culturais, competições desportivas, grandes exposições, congressos (nomeadamente nas vertentes empresariais, académicas e científicas), podendo também ser um meio de atracção de grandes nomes da musica mundial e nacional através de concertos e espectáculos musicais.

A não existência de um equipamento desta envergadura, conduz a uma perda de oportunidades por parte de Almada, fazendo com esta seja preterida por outros concelhos com características semelhantes mas que praticam uma gestão de recursos e de sentido de oportunidade que culmina na obtenção de dividendos e mais-valias que se reflectem nas suas economias locais.

Praticamente todos os grandes concelhos do país têm, ou tencionam ter, uma infraestrutura destas dimensões, considerando o valor acrescentado e o retorno positivo que traz para os mesmos.

A criação de um centro de congressos e multiusos moderno, com infraestruturas adequadas aos mais distintos eventos e com capacidade considerável para poder ombrear e competir com os grandes palcos que recebem esses eventos, é uma aposta no desenvolvimento do concelho e na atracção de mais-valias e investimento, razão pela qual, não será descabido, antes pelo contrário, olhar para o centro de congressos e multiusos do concelho como uma prioridade nos planos da autarquia.

Um centro de congressos e multiusos resultará sem dúvida, em benefícios para a restauração, comércio local, oportunidade para o crescimento e surgimento de novas dinâmicas e novos negócios, na hotelaria e actividades de lazer, como implicará forçosamente, a criação de condições de acessibilidades e de meios de transporte favoráveis tal como a requalificação do espaço público. A criação de postos de trabalho e novas oportunidades de emprego, deve ser também considerada como um benefício acrescido que uma infraestrutura desta considerável importância pode acarretar para o concelho.

Almada tem de dar continuidade ao seu crescimento, à sua atractividade, tem de ser competitiva, oferecer e proporcionar, quer aos almadenses, quer a quem a visita, as melhores opções, com qualidade e com um serviço de excelência, que pode também passar entre outros equipamentos, pela construção do centro congressos e multiusos do concelho de Almada.

76

Tendo em conta os considerandos atrás mencionados e a necessidade de promoção de uma oferta integrada nas áreas da cultura, do empreendedorismo, do lazer e da ciência, tal como na aposta do turismo e desenvolvimento local, a **Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 22 e 23 de Fevereiro, na localidade do Laranjeiro, vem deste modo, defender a criação do futuro Centro de Congressos e Multiusos no concelho de Almada.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular
Laranjeiro, 22 de Fevereiro de 2023

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA
Sessão Ordinária
Fevereiro 22 de Fevereiro 2023
Ordem do Dia nº 6 - A ACTA Nº 30/XIII-23



RECOMENDAÇÃO

CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DO CONCELHO DE ALMADA

À semelhança do que já existe em Almada noutros sectores, a criação do Conselho Municipal de Turismo, pode contribuir para a discussão e para o aprofundar de medidas e de estratégias verdadeiramente participadas e orientadas para a uma visão integrada e abrangente na vertente do lazer e do turismo para o concelho, aproveitando todo o potencial humano paisagístico e natural, cultural e histórico, tal como a estreita proximidade com Lisboa, com o objectivo de obtenção de mais oferta e mais desenvolvimento para Almada.

As dinâmicas e atractividade proporcionadas pela vertente turística aliada aos recursos naturais e geográficos, potenciam o desenvolvimento das economias locais consubstanciado em mais oferta de emprego e mais oportunidades de negócios tornando os concelhos competitivos e ricos em diversidade e em sustentabilidade.

Com uma aposta forte no turismo, Almada pode destacar-se como escolha de muitos turistas e viajantes que procuram as ofertas no que respeita ao lazer assim como à gastronomia e às reconhecidas praias de excelência, aproveitando em simultâneo para explorar o património histórico-cultural.

Deste modo, em convergência com a criação de dinâmicas competitivas e de incentivo à actividade turística, é fundamental que a criação do Conselho Municipal de Turismo em Almada contribua, e tenha como foco principal, o aprofundar do diálogo institucional e permanente, a aproximação entre as várias entidades responsáveis directa e indirectamente na áreas do turismo e lazer, o acompanhamento e promoção da conjugação de sinergias entre os vários agentes locais, com o objectivo de encontrar soluções que levem à concretização de políticas direccionadas para um turismo de qualidade no concelho.

O mesmo Conselho Municipal de Turismo terá como missão trabalhar de forma cooperativa, podendo emitir pareceres e apoiar nas mais elementares vertentes todas as entidades responsáveis e incluídas na área do turismo nomeadamente as de economia e desenvolvimento local ou ainda proceder à análise de dados e métricas que contribuam para o melhor conhecimento do sector, entre outras tantas que podem ser objecto da sua missão enquanto promotores do turismo local.

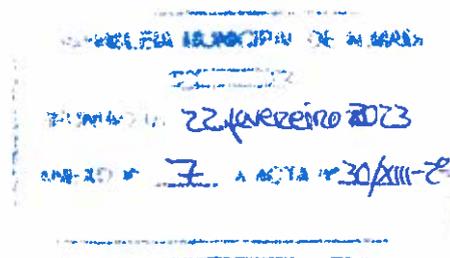
Este órgão consultivo, à semelhança de outros implementados noutras áreas de actuação e intervenção local, deve centrar-se na cooperação, auscultação e a participação activa tal como no aprofundamento do debate institucional, criando mecanismos e interacções que potenciem plataformas de intervenção baseadas em

72

modelos de modernidade direccionadas e adequadas quer às necessidades quer as expectativas projectadas para futuro.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 22 e 23 de Fevereiro, na localidade do Laranjeiro, vem desta forma, **recomendar à câmara municipal que tome as devidas e necessárias diligências processuais, a fim de ser criado e constituído o Conselho Municipal de Turismo do Concelho de Almada, órgão consultivo que ajudará a desenvolver, potenciar e a promover a actividade local do sector.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular
Laranjeiro, 22 de Fevereiro de 2023





CDS-Partido Popular
Assembleia Municipal de Almada

RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL
IMPLEMENTAÇÃO DO CHEQUE BEBÉ PARA APOIAR A NATALIDADE E A MATERNIDADE

Uma vez que os índices populacionais em Portugal têm nos últimos anos uma considerável curva decrescente, é imperioso que os decisores quer nacionais quer locais, possam meditar e estudar políticas que, a médio prazo, tendam a reverter consideravelmente os baixos níveis de natalidade como aqueles que temos na viragem do novo século.

O aumento da esperança média de vida, consequência dos constantes e supersónicos avanços na medicina e mudança de hábitos, fazem com que tenhamos uma população cada vez mais idosa, mas que não é acompanhada no outro vértice da pirâmide pelo aumento da natalidade, que possa resultar no equilíbrio populacional, razão pela qual, é fundamental que se criem condições e estímulos ao aumento das taxas de natalidade com o intuito de reverter a situação.

Com o seu propósito, e tendo em consideração que é a família o garante da continuidade da sociedade, devem ser criadas medidas que protejam a família tal como incentivos que promovam a constituição de novas famílias que possam em sociedade criar estruturas sólidas de proximidade familiar e que a ajudem a manter equilibrada e duradoura.

Quer o Estado quer as Autarquias locais, têm, neste caso, um papel fundamental no garante das condições básicas de sobrevivência de cada família, tendo ao mesmo tempo, o papel de assegurar uma vida familiar com dignidade colocando ao dispor das mesmas os instrumentos que lhes permitam atingir a plenitude da segurança e do bem-estar social e económico.

Importa, desta feita, desenvolver medidas que possam favorecer e privilegiar estratégias locais de protecção aos casais na maternidade apoiando na sua sequência a natalidade, ao mesmo tempo que se implementam mecanismos que possam mitigar os custos associados à maternidade e à parentalidade.

Devem essas medidas garantir um melhor acesso aos recursos necessários e disponíveis às famílias nomeadamente as famílias que denotem mais carências e que necessitem de um apoio suplementar àquele que é dado pelo poder central, com a finalidade de diminuição das desigualdades sociais, a promoção de oportunidades e colmatar as exclusões no seio da comunidade.

Deste modo, a par das instituições estatais, devem os municípios contribuir para a melhoria das condições básicas de vida dos casais, alargando o apoio às famílias de baixos recursos promovendo uma verdadeira oferta complementar à do estado ainda por mais em tempos de crise.

Pode, neste caso, também o Município de Almada, munido de um orçamento considerável de cerca de 160Milhões de euros, contribuir para o aligeirar do esforço mensal das famílias que se encontrem em

12

situação precária e com muitas dificuldades económico-financeiras decorrentes da crise económica que o país atravessa, e concretizar, na prática, as suas responsabilidades sociais, não se substituindo ao Estado, mas sim, dando-lhe um carácter de complementaridade social e comunitária.

Acresce ao incentivo à natalidade, aos casais e às famílias do concelho com a presente proposta, e depois de colocada em prática, a mesma visa a adopção de linhas indirectas de apoio ao comércio em Almada, pelo facto de se criarem parceiros locais junto dos comerciantes, fomentando e impulsionando o consumo na ajuda à proliferação da economia local também ela afectada pela crise actual.

Em resumo, a proposta que aqui se apresenta, contribuirá para melhorar as condições de vida das populações e o seu bem-estar, consubstanciado num apoio ao incentivo à natalidade tal como um apoio às famílias mais desfavorecidas do concelho que possa ajudar não só a inverter a pirâmide etária desnivelada no que concerne aos baixos índices de nascimento contrastando com os elevados índices de envelhecimento, ao mesmo tempo que fomenta a fixação dos casais e famílias em Almada, atraindo em paralelo, a migração de casais e famílias para o concelho, resultante das boas práticas e medidas do município de incentivo à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A par disto, funciona em simultâneo, como um mecanismo âncora de promoção, de divulgação e de estímulo à actividade do comercial e económica local em Almada, tornando-a mais atractiva e com novos horizontes de oportunidades.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Almada, reunidas nos dias 22 e 23 de Fevereiro de 2023, na localidade do Laranjeiro, vem recomendar à Câmara Municipal de Almada a criação do Cheque-Bebé com a finalidade de apoiar os casais na maternidade, dando um incentivo à natalidade, ao mesmo tempo que ajuda o comércio local.

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

Laranjeiro, 22 de Fevereiro de 2023

